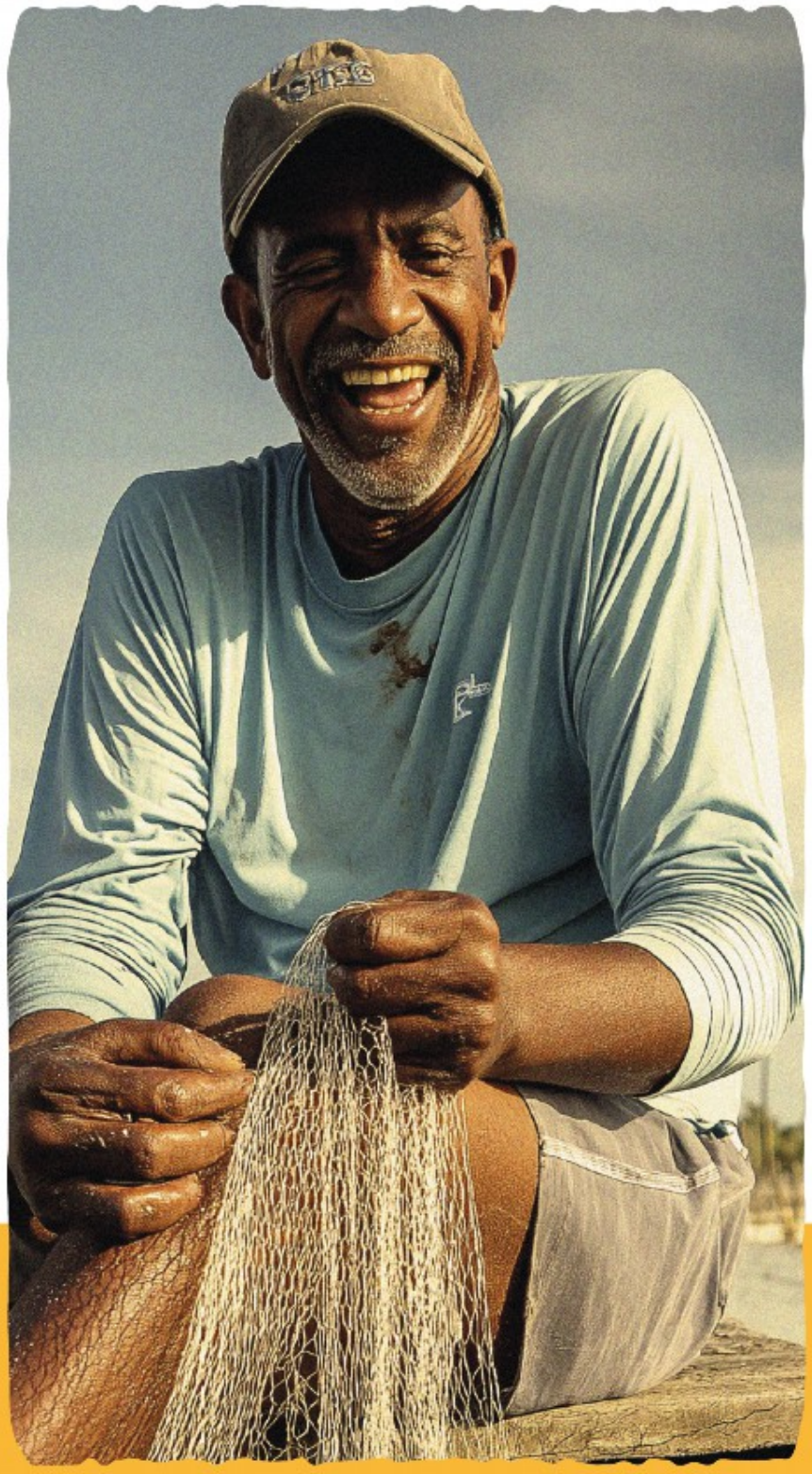
BOLETIM TRIMESTRAL SOCIOBIOMAIS

PINHÃO

Edição 3/2026 - julho a setembro











AUTORES: Samuel Ozéias Alves; Isabel Ferroni Schwartz

A publicação trimestral pela Conab dos Boletins da Sociobiodiversidade, configura uma importante fonte primária para a elaboração do Relatório Anual do Extrativismo. Nesta publicação apresenta-se o panorama do Pinhão, com a análise das variações dos preços recebidos pelo produtor, dos custos de produção e do acesso ao Programa SocioBio Mais em 2026 e a inter-relação com as demais políticas públicas relacionadas ao produto.

1. Produção

O extrativismo sustentável do pinhão da Araucária contribui de forma relevante para a preservação dos fragmentos de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, e tem o potencial de expandir a oferta do fruto e oportunizar o incremento na renda dos agricultores(as) familiares e aos trabalhadores da floresta.

A partir da qualificação das informações pelo IBGE, e o maior acuramento na coleta dos dados de produção, a PEVS 2025 (Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura) passa a apontar para a produção de 15.346 toneladas de Pinhão, que significa o incremento de 15,03% na safra, em comparação ao levantamento anterior em 2024.

A Araucária ocorre nos estados da Região Sul, Minas Gerais e São Paulo, com destaque para a produção no Paraná (35%), Santa Catarina (28%) e Minas Gerais (24%). Distingue-se no processo extrativo do Pinhão, a participação de agricultores(as) familiares com forte senso de pertencimento e identidade territorial.

Com produção entre abril e julho, a sazonalidade do Pinhão traz forte movimentação dos preços, associado ao período de entressafra e a consequente redução na oferta do fruto. Em análise está o comportamento dos preços pago ao produtor extrativista do Pinhão em 2026 na comparação com o mesmo período de 2025, sem contudo, desprezar o impacto das mudanças climáticas sobre o custo de produção do pinhão extrativo e a redução da produtividade, com significativa variabilidade interanual e o aumento do esforço de coleta, associados ao “risco climático”.

Nesse contexto, no cumprimento do calendário anual de atualização dos Custos de Produção dos produtos da sociobiodiversidade, a área técnica da Companhia realizou 02 (dois) Painéis técnicos para o levantamento dos Custos de Produção. O primeiro Painel ocorreu em Delfim Moreira/MG no mês de abril, e o segundo em São Joaquim/SC em julho do corrente ano, e contou com a participação dos atores locais nas discussões e consolidação dos indicadores técnicos.

2. Análise

A Portaria MAPA nº 868, de 1º de dezembro de 2025, estabeleceu o Preço Mínimo para o Pinhão na Safra 2026, com os Preços Mínimos regionalizados para a região Sul em R$ 4,63 e aos estados de Minas Gerais e São Paulo o preço de R$ 3,33, e representa o incremento de 4,04% em 2026 para os estados da região Sul, e de 13,27% aos estados de Minas Gerais e São Paulo, quando comparados ao ciclo anterior.

A variação nos preços recebidos pelos extrativistas do Pinhão apresentam grandes oscilações durante o período de safra, em grande parte devido à falta de estrutura dos Arranjos Produtivos Locais nos estados produtores, a saber; Minas Gerais e os estados da Região Sul.

Cabe destacar, contudo, que a coleta de preços é realizada pela Conab em praças pré-definidas, a partir dos dados de produção e a decorrente comercialização, e portanto, pode não capturar todas as especificidades dos mercados locais.

Nesse sentido, reforça-se a importância de ampliar a difusão do Programa Sociobio Mais, bem como, de promover ações de orientação e internalização dos processos de comercialização formal da produção extrativista com efetividade e valorização dos serviços ambientais no território.

A produção de Pinhão ocorre nos 2º e 3ª trimestres, e os estados da Região Sul correspondem por cerca de 70% da produção nacional, sendo a sazonalidade na produção um importante componente na variação dos preços, associado ao período de entressafra e a consequente redução na oferta do fruto.

Tabela 1. Comparativo do Preço pago ao produtor, por estado e Preço Mínimo - 2025/2026 (R$/kg)

Estado	3º trimestre de 2025			3º trimestre de 2026		
	Julho	Agosto	Setembro	Julho	Agosto	Setembro
São Paulo	8,55	-	entressafra	7,50	-	entressafra
Preço mínimo MG/SP	2,94	2,94	2,94	3,33	3,33	3,33
Paraná	7,50	7,85	entressafra	4,35	4,00	entressafra
Santa Catarina	6,50	6,50	entressafra	9,00	-	entressafra
Rio Grande do Sul	7,90	8,10	entressafra	8,25	-	entressafra
Preço mínimo Região Sul	4,45	4,45	4,45	4,63	4,63	4,63

A demanda consumidora sustenta a condição de preços acima do Preço Mínimo ocorra durante todo o período da safra nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Paraná, a implementação da Instrução Normativa - IAT nº 03/2026, que trouxe o adiamento do início da colheita e da comercialização para 15 de abril (anteriormente era 1º de abril), resultou em 02 fatores imediatos no mercado; o primeiro está relacionado ao abastecimento local por outras praças produtoras, que “inundou” o mercado local com o fruto, com relevante participação de Minas Gerais no escoamento da produção para o consumo no Paraná, e segundo, prolongou o período de coleta e comercialização da produção local até o mês de agosto, enquanto as demais praças produtoras encerram a comercialização em julho, que em última análise favorece ao consumidor final, com preços menores durante todo o ciclo produtivo.

Na esteira de qualificar as informações apontadas pela órgão estatístico, a Companhia tem atuado em coordenação com IBGE, para a troca de informações e acuramento dos levantamentos em campo e nas praças de coleta e comercialização do fruto.

Com o Pinhão na pauta da sociobiodiversidade (Programa Sociobio Mais), as ações na área de agroextrativismo ganham relevância e importância ecológica e socioeconômica, com potencial para alavancar a comercialização e promover a inclusão de pequenos agricultores no arranjo produtivo, desta forma, assume maior importância à assimilação pelos agricultores dos conceitos gerais de manejo sustentável, como atividade contínua e potencializadora da produção.

3. Conclusão

Os desafios encontrados para a transição para o manejo sustentável da Araucária nas florestas naturais, esbarra no incipiente grau de organização e articulação institucional por parte dos agricultores e dos demais atores locais (Ater pública, Sindicatos, Associações de Produtores e Cooperativas Rurais, entre outros).

Outrossim, carece de atenção também, a escassez de oportunidades de renda para mulheres na agricultura familiar, combinadas à baixíssima remuneração na propriedade rural. Portanto, muitos são os esforços dos governos e da sociedade civil, para a inserção de mulheres nas atividades com pinhão nas propriedades rurais, desde as etapas de produção, a colheita, o beneficiamento e a fabricação de produtos com valor de mercado agregado, estes são exemplos de alternativas encontradas por grupos de mulheres no espaço rural.

O extrativismo sustentável das Araucárias tem importante contribuição para a preservação dos fragmentos de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, assim como, potencializa a complementação da renda familiar nas comunidades e populações tradicionais.

A participação do Pinhão de Araucária na pauta da sociobiodiversidade (Programa Sociobio Mais), fortalece o agroextrativismo, que ganham importância ecológica e socioeconômica, e tem potencial para alavancar a comercialização e promover a inclusão de pequenos agricultores no arranjo produtivo.

Assim, além de promover a construção de sistemas de produção que unam com equidade a produção, a segurança alimentar e a conservação, o extrativismo do Pinhão fortalece a discussão sobre a paisagem e o meio rural, a partir de novos paradigmas de desenvolvimento do espaço rural.